

# Credores dão maior prazo para o Brasil

13 FEV 1987

Os bancos internacionais vão prorrogar de 15 de abril para 15 de julho o prazo para o Brasil concluir a próxima etapa (fase 4) de renegociação da dívida externa, com a manutenção dos US\$ 14,6 bilhões de créditos de curto prazo (linhas interbancárias e comerciais), conforme o **CORREIO BRAZILIENSE** apurou ontem no Ministério da Fazenda. A substituição de Fernão Bracher por Francisco Gros na Presidência do Banco Central e, portanto, na condução da renegociação da dívida do País levou a comunidade financeira internacional, inclusive organismos como o Banco Mundial, a paralisar as operações com o Brasil e os bancos credores já trabalham com a hipótese de atravessar este ano sem qualquer acordo com os negociadores brasileiros, a exemplo do que ocorreu em 1985.

O Banco Central e o Ministério da Fazenda receberam com naturalidade a decisão da comunidade financeira internacional de paralisar os negócios com o Brasil para avaliar os efeitos da substituição de Bracher por Gros, como principal renegociador brasileiro junto aos bancos credores. Ontem, após assumir formalmente a Presidência do Banco Central, Gros pouco contribuiu para reduzir dúvidas e apreensões dos credores quanto ao eventual endurecimento do Brasil na renegociação da dívida.

“A liderança da negociação da dívida externa compete ao ministro Dilson Funaro e a mudança do presidente do Banco Central não traz impacto maior sobre a estratégia brasileira de reescalonamento dos seus compromissos, definida há mais de um ano” — afirmou Gros. O próprio presidente do Banco Central justificou a superficialidade da sua colocação: “Acho que seria muito prematuro, para mim, nessa altura, ficar fazendo alguma declaração mais firme quanto à dívida externa. A não ser para dizer que eu tenho ple-

na confiança quanto às condições de o Brasil, pelo seu porte, obter um acordo adequado, de interesse do País e também dos seus credores”.

Segundo o **CORREIO BRAZILIENSE** apurou na Fazenda, superada a fase de avaliação da mudança no Banco Central, a comunidade financeira retomará os negócios com o Brasil, embora seja praticamente impossível fechar o próximo acordo até o dia 15 de abril para a rolagem da dívida vencida desde 1º de janeiro de 1986. A ampliação da vigência do acordo da chamada fase 3 de renegociação, fechada em setembro de 1986, até julho — a exemplo do que aprovou o Clube de Paris, no mês passado — tranqüiliza o Brasil quanto à manutenção dos US\$ 14,6 bilhões de créditos comerciais e interbancários e, ao mesmo tempo, permite aos credores melhor avaliação das reais necessidades brasileiras de dinheiro novo, até o final deste ano.

Os bancos credores temem que o desempenho da balança comercial obrigue o Brasil a pedir dinheiro novo em volume bem superior ao pouco mais de US\$ 3 bilhões previsto por Bracher, incluídos os US\$ 2,3 bilhões de financiamentos programados junto a organismos oficiais, multilaterais e fornecedores.

Mas os novos cálculos indicam que, com a queda do superávit comercial deste ano para US\$ 8 bilhões ou menos, a necessidade global de dinheiro novo suba para até US\$ 7 bilhões, sendo quase US\$ 5 bilhões dos bancos privados. Essa estimativa de alguns bancos credores assusta a comunidade financeira internacional e torna mais importante a vinda ao Brasil, no próximo dia 24, do chefe do subcomitê de economia do comitê renegociador da dívida brasileira, Douglas Smee, para analisar as perspectivas das contas externas do País.